

# MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica.*

São Paulo: Annablume, 2007.

Davi Monteiro Benac\*\*

O livro é dividido em onze capítulos, dos quais os dois primeiros compõem a primeira parte, na qual o autor busca relacionar o objeto da geografia com a unidade e a continuidade do pensamento geográfico; o terceiro capítulo compõe a segunda parte, na qual o autor analisa a “pré-história da geografia”; do capítulo quarto ao oitavo está compreendida a terceira parte, na qual o autor fala da geografia clássica (também chamada de tradicional); os três últimos capítulos compõem a última parte, na qual o autor fala do movimento de renovação da geografia, compreendendo as suas duas principais correntes: a pragmática e a crítica. A partir do terceiro capítulo, o autor sempre fará uma contextualização histórica do período para que entendamos a razão para a criação da geografia ou das geografias.

No primeiro capítulo, “O objeto da geografia”, o autor trata de explicar, ou melhor, de problematizar o objeto da geografia, no sentido de identificar uma pluralidade em detrimento da singularidade, pois neste capítulo vemos que o objeto da geografia quase nunca foi um, mas diversos, porque, ao longo da história da geografia, vários autores definiram objetos diferentes, e há ainda aqueles que nem se preocuparam muito em definir um objeto para a geografia, como é o caso de Hartshorne.

No segundo capítulo, “O positivismo como fundamento da Geografia tradicional”, o autor faz uma ponte com o primeiro capítulo, dizendo que apesar de inexistir um consenso do objeto de estudo da geografia, é possível estabelecer unidade e continuidade no pensamento geográfico, e que isto adveio principalmente do positivismo. O objetivo deste capítulo é mostrar que os engajamentos sociais são os principais responsáveis pela construção das geografias. “Assim, existirão tantas Geografias, quantos forem os posicionamentos sociais existentes” (MORAES, 2007, p.47). Unidade e continuidade no pensamento geográfico no positivismo só foram possíveis porque a sociedade positivista considerava as ciências naturais como as mais desenvolvidas (pirâmide científica). As demais ciências deveriam incorporar o método (empírico-indutivo) de interpretação destas, e como as ciências naturais tinham unidade e continuidade em seus pensamentos, naturalmente, e em dupla conotação, as ciências sociais também passariam a ter. Ao final deste capítulo, o autor propõe que estudemos os posicionamentos sociais ao longo da história para que entendamos o que é a

geografia ou as geografias.

No terceiro capítulo, “Origens e pressupostos da Geografia”, o autor fala da “pré-história da geografia”, ou seja, o período anterior à geografia como ciência, isto é, o período em que a geografia era utilizada como um termo e/ou um conceito. Segundo ele, a geografia só não era uma ciência nesta época, porque inexistiam condições sociais para tal, mas com o desenvolvimento do capitalismo, a “ vaidade ” de se conhecer o planeta de forma unitária se tornou uma necessidade, pois agora os europeus precisavam da geografia para realizar as grandes navegações, para desenvolverem o mercantilismo, para formarem os impérios coloniais e aprimorarem as técnicas cartográficas. É neste contexto histórico que surge a necessidade de sistematização do conhecimento geográfico.

No quarto capítulo, “A sistematização da Geografia: Humboldt e Ritter”, ele analisa como estes dois autores puderam criar geografias sistemáticas mediante as condições sociais e históricas em que viviam no estado alemão. Este último não o era propriamente, mas um conjunto de feudos. O desenvolvimento do capitalismo não se deu de forma homogênea na Europa, sobretudo na Alemanha, que teve um dos processos de unificação mais tardios da Europa, e isto retardava neste país o desenvolvimento do capitalismo, que não se deu como na maioria dos países europeus, não foi emanado de uma revolução burguesa, mas de uma aristocracia agrária que se interessava pela unificação e expansão do território por diversos motivos, sobretudo econômicos. Daí surge uma ideia, por parte desta aristocracia agrária, de se investir em uma ciência (a geografia) que legitimasse o seu poder, e de certa forma, por estarem ligados a esta aristocracia, Humboldt e Ritter foram os primeiros intelectuais a fazerem colocações geográficas sistematizadas para esta aristocracia, bem como para a geografia. Mas podemos dizer que a esta aristocracia só encontrou efetivamente uma ciência (a geografia) que legitimasse o seu poder mais tarde em Ratzel.

No quinto capítulo, “Ratzel e a Antropogeografia”, o autor mostra a importância da obra de Ratzel, em primeiro lugar, para o imperialismo ou neocolonialismo alemão mediante as condições históricas existentes na Alemanha. Segundo afirma:

*Enquanto Humboldt e Ritter vivenciaram o aparecimento do ideal de unificação alemã, Ratzel vivencia a constituição real do Estado Nacional Alemão e suas primeiras décadas. Suas formulações só são compreensíveis em função da época e da sociedade que as engendraram. A geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído. (MORAES, 2007, p. 67)*

As colocações de espaço na Alemanha ratzeliana eram fundamentais.

*Justificando estas colocações, Ratzel elabora o conceito de “espaço vital”; este representaria uma proporção de equilíbrio de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais. (MORAES, 2007, p. 70)*

E para o autor, com este conceito fica bem clara a proposta pró-imperialista ou neocolonialista de Ratzel para legitimar o poder do estado alemão. Em segundo lugar, o autor mostra a importância da obra de Ratzel para uma escola que ficou conhecida posteriormente por Lucien Febvre como “determinista”. O objeto central da obra de Ratzel seria as influências que o meio geográfico exerce sobre a evolução das sociedades, daí que a ideia de Febvre de chamar isto de “determinismo geográfico”, entretanto, para muitos geógrafos, é equivocada, pois alegam que Ratzel falava das influências que o meio geográfico exerce sobre a evolução das sociedades, e não das determinações.

No sexto capítulo, “Vidal de La Blache e a Geografia Humana”, o autor explica, em um primeiro momento, como a geografia de La Blache, mediante as condições sociais e históricas em que este viveu, surgiu em resposta à geografia de Ratzel. La Blache era francês e foi contemporâneo à guerra franco-prussiana, assim como Ratzel. Portanto, se do lado dos alemães a geografia de Ratzel os estava ajudando na guerra, era então necessário que fosse criada uma geografia do outro lado, para ajudar os franceses. Foi então que surgiu a oportunidade de La Blache, até então historiador, de criar uma geografia, e por esta razão, para o autor, a geografia de La Blache foi literalmente uma crítica à geografia de Ratzel.

Em um segundo momento, o autor explica a importância da obra de La Blache para uma escola que ficou conhecida mais tarde por Febvre como “possibilista”. La Blache, assim como Ratzel, acreditava que o homem sofre influências do meio geográfico, porém a grande diferença entre o objeto de Ratzel e o de La Blache, está no fato do segundo colocar o homem como um agente que atua sobre o meio e o transforma. Portanto, o meio geográfico, para La Blache, gera as possibilidades para o homem atuar sobre ele e transformá-lo, daí a ideia de Febvre (que assumiu esta posição) de chamar isto de “possibilismo geográfico”.

No sétimo capítulo, “Os desdobramentos da proposta lablachiana”, o autor fala rapidamente da escola francesa de geografia, dos “discípulos” de La Blache e de geografias oriundas deste, como: a geografia regional, a geografia econômica, a geografia agrária, a geografia humana e a geografia da ecologia do homem.

No oitavo capítulo, “Além do determinismo e do possibilismo: a proposta de Hartshorne”, o autor aborda a geografia “racionalista”. Esta pode assumir este nome por utilizar o método racional-dedutivo que se opõe ao método empírico-indutivo que adveio do positivismo, mas, para o autor, isto não significa que esta geografia deixou de utilizar o método empírico-indutivo, tampouco que esta geografia deixou de ser clássica, mas sim que apenas introduziu outro método além do empírico-indutivo. Seus principais autores foram Hettner e Hartshorne. O primeiro propôs a geografia como a ciência que estuda a diferenciação das áreas; o segundo não se preocupou muito em definir um objeto para a geografia, pois acreditava que as ciências se diferenciavam pelo método, e não pelo objeto.

No nono capítulo, “O movimento de renovação da Geografia”, o autor mostra como a geografia não dava mais conta de explicar vários conceitos mediante o desenvolvimento do modo de produção que mais moldou o espaço: o capitalismo. Foi então que surgiram as duas principais geografias deste movimento: a geografia pragmática e a geografia crítica.

No décimo capítulo, “A Geografia Pragmática” (também chamada de New Geography; quantitativa; teórica; neopositivista etc.), o autor fala de uma geografia que aparece em um contexto histórico de Pós-Segunda Guerra Mundial (1938-1945). Neste contexto era “necessário” fazer uma geografia para o planejamento, para a reconstrução das nações devastadas durante a guerra, e, sobretudo, para a manutenção da hegemonia estadunidense (esta geografia é predominantemente estadunidense) no período Pós-Segunda Guerra Mundial. Esta geografia deveria gerar resultados, prever o futuro, não bastava mais somente descrever:

*A geografia pragmática efetua uma crítica apenas à insuficiência da análise tradicional. Não vai a seus fundamentos e à sua base social. Ataca principalmente o caráter não-prático da Geografia Tradicional. [...] A finalidade explícita é gerar uma tecnologia geográfica, um móvel utilitário. (MORAES, 2007, p. 109)*

Por isto a necessidade de se trabalhar com números, cálculos e estatística. Nesta geografia se fala muito em população (um conceito muito quantitativo) e pouco em sociedade (um conceito mais qualitativo). Esta geografia é considerada por muitos autores a-histórica, acrítica, apolítica e a-ideológica, entretanto, diversos outros autores dizem que não existe nenhuma outra geografia mais ideológica e política que esta. A “Geografia Pragmática” se renovou na questão metodológica, mas, segundo o autor, não se preocupa em planejar uma sociedade mais horizontal, pelo contrário, contribuí para um Estado liberal, para a burguesia e

para o planejamento de uma sociedade cada vez mais desigual.

No décimo primeiro capítulo, “A Geografia Crítica”, o autor fala de uma geografia que aparece em um contexto histórico a partir da década de 1970 em que surgiram muitos problemas urbanos e ecológicos, em que as desigualdades nas cidades estavam cada vez mais abruptas, sobretudo nos países periféricos. Neste capítulo o autor procura mostrar a grande diferença entre a geografia crítica – compreendendo aqui, as suas vertentes marxista (também chamada de radical) e cultural (também chamada de hermenêutica; fenomenológica etc.) – e as demais geografias, e segundo ele, está no desejo dos seus autores. Segundo Moraes:

*São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem. (MORAES, 2007, p.119)*

Esta geografia visa criticar, isto é, ir além do que está posto, do senso comum, construir um pensamento crítico, para transformar. Os seus autores criticam todas as outras geografias, sobretudo a pragmática que é vista como ainda pior que a clássica para estes. Estes geógrafos criticam o fato dos autores das outras geografias não se importarem com as contradições internas dos modos de produção, sobretudo do capitalismo, na construção das suas geografias. Eles criticam amplamente o capitalismo e acreditam que a geografia tem um caráter extremamente social, não apenas se fala em população, mas muito se fala em sociedade. É uma geografia da práxis marxista, pluralista e cultural, com um conteúdo mais histórico, político, econômico e social. E esta geografia é hegemônica até os dias de hoje, sendo a mesma utilizada pelo autor para escrever este livro.

Por fim, realmente acreditamos que o autor teve o propósito de construir este livro para ser um material didático para disciplinas introdutórias de cursos de geografia, e que isto acaba por causar alguns problemas comuns em quase todo livro deste tipo, como uma história linear e evolutiva da geografia. Este dado nos leva a pensar que os modos de ver o mundo devem sempre ser superados e esquecidos, à medida que surge um novo, ou seja, que no final do livro estará exposto o melhor modo de ver o mundo; uma história ocidental da geografia, o que é ruim para quem quer construir um pensamento crítico; e muitas simplificações, o que acaba por produzir um “certo” La Blache, um “certo” Ratzel etc.